



## Edital / Convocatória

### Sessão Pública no dia 03 de agosto 2022

Lígia Correia Brito, Presidente da Assembleia de Freguesia de Quarteira, usando as competências que lhe são conferidas pela alínea b, n.º1 do artigo 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, comunica a realização de uma **Reunião Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Quarteira, no próximo dia 03 de agosto de 2022 (quarta-feira), pelas 21h00**, a realizar no Auditório do Centro Autárquico de Quarteira - Rua Vasco Gama, n.º 85 r/c, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### Ordem de Trabalhos:

- 1) Período de Intervenção do Público;
- 2) Período Antes da Ordem do Dia;
- 3) Período da Ordem do Dia:
  
- 4) **Proposta n.º 37-2022** – Apresentação do Processo de “Classificação da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal”;
  
- 5) **Proposta n.º 38-2022** – Apreciação, discussão e votação da Declaração de Compromisso – Escola D. Dinis;
  
- 6) **Proposta n.º 39-2022** – Apreciação, discussão e votação do novo Procedimento Plurianual destinado á aquisição de Seguros;
  
- 7) **Proposta n.º 40-2022** – Apreciação, discussão e votação do regulamento orgânico dos serviços da Junta Freguesia de Quarteira
  
- 8) **Proposta n.º 41-2022** – Apreciação, discussão e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.
  
- 9) Período de Intervenção do Público;



Para constar se publica este e idênticos editais que vão ser afixados nos locais públicos habituais.

Quarteira, 25 de julho de 2022

**A Presidente da Assembleia de Freguesia**

**Lígia Correia Brito**

**Documentos de suporte à assembleia de freguesia:**

- a) Proposta nº 37-2022 – Classificação da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e do Trafal;
- b) Proposta nº 38-2022 – Declaração de Compromisso – Escola D. Dinis;
- c) Proposta nº 39-2022 – Procedimento Plurianual – Seguros;
- d) Proposta nº 40-2022 – Regulamento Orgânico dos Serviços da Junta de Freguesia de Quarteira;
- e) Proposta nº 41-2022 – Mapa de Pessoal 2022.

## Ata 06-A - Sessão Extraordinária de três de agosto de 2022

Ao terceiro dia do mês agosto de 2022, pelas vinte e uma horas, realizou-se a Sessão da Assembleia de Freguesia de Quarteira, relativa ao mandato de 2021-2025, presidida pela Presidente da Assembleia de Freguesia de Quarteira, Lígia Brito, com a seguinte lista de presenças:

**11 membros do PS:** Lígia Brito, Fábio Nobre, António Santos, Amélia Carmo, Verónica Martins, Álvaro Bota, Josiana Forte, Ângela Guerreiro, Isidoro Correia, Lara Santos, Sónia Dallot.

**4 membros do PSD:** Vitor Duro, João Santos, Ricardo Proença, Paula Martins.

**1 membro do CHEGA:** Élio Carmo.

**1 membro do Bloco de Esquerda:** Rogério Guerreiro.

Após a verificação da existência de quórum, a Exma. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu como aberta a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Período de Intervenção do Público;
- 2) Período Antes da Ordem do Dia;
- 3) Período da Ordem do Dia:
  - a) **Proposta nº 37-2022** – Apresentação do Processo de “Classificação da Reserva Natural Local da Foz do Almargem e Trafal”;
  - b) **Proposta nº 38-2022** – Apreciação, discussão e votação da Declaração de Compromisso – Escola D. Dinis;
  - c) **Proposta nº 39-2022** – Apreciação, discussão e votação do novo Procedimento Plurianual destinado á aquisição de Seguros;
  - d) **Proposta nº 40-2022** – Apreciação, discussão e votação do Regulamento Orgânico dos serviços da Junta de Freguesia de Quarteira;
  - e) **Proposta Nº 41-2022** – Apreciação, discussão e aprovação da alteração ao Mapa de Pessoal de 2022.

## 4) Período de Intervenção do Público;

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Boa noite a todos os presentes, executivo da Junta de Freguesia, Deputados da Assembleia de Freguesia, público aqui presente e o público lá em casa que nos está a ver através das plataformas digitais. Começo aqui por dizer as substituições da bancada do PSD: a deputada Isa Brito não está presente, sendo substituída pela Senhora Paula Cristina Martins. Da bancada do Partido Socialista, não estão presentes a Rossana Durão nem o Sérgio Monteiro. No Bloco de Esquerda não está presente o Jorge Guerreiro sendo substituído pelo Sr. Rogério Ferreira. Vamos dar início à intervenção do público com a Sra. Mariette Martinho.

**Sra. Mariette Martinho:** Boa noite a todos e venho mais uma vez falar sobre as lombas na Av. De Ceuta que fazem muita falta. Queria referir o caos que está em Quarteira relativo aos estacionamento, com carros em segunda fila porque muitos cafés e restaurantes ocuparam os lugares de estacionamento.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra a Sra. Marie.

**Sra. Marie France Gallez:** Boa noite a todos. Hoje vou falar sobre a Classificação da Reserva Natural mais concretamente sobre os terrenos que ficam entre a estrada que liga Quarteira e Almancil ao Semino, ou seja, do outro lado que vai ser a Reserva Natural. Existe uma zona que se chama Fonte Santa Passis do Almargem que se estende até ao Semino e que têm muitos terrenos classificados agrícolas. Eu posso perceber que um dos argumentos da classificação da reserva natural a não ser o argumento ecológico e ideológico também é para o risco do imobiliário desenfreado. Eu noto em Quarteira um problema enorme para jovens famílias de encontrar um alojamento com preços realistas e suportáveis. Ali existem terrenos de famílias que querem entregar aos filhos para fazer uma casa e que não conseguem porque não se consegue construir lá. Talvez seria uma lufada de ar fresco para este problema de congestionamento do alojamento.



O meu segundo assunto é só um agradecimento porque a D. Mariette falou do problema do estacionamento e é certo que em Quarteira sempre houve um estacionamento desenfreado na época de verão, mas eu pessoalmente agradeço muito a instauração de parquímetros na Infante de Sagres porque a Infante Sagres era uma garagem, era uma zona nobre que virou garagem com carros que ficavam lá 10 ou 15 dias sem mexer. Obrigado.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra o Sr. Presidente da Junta.

**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Boa noite a todos. Vou tentar responder sendo Presidente da junta falando de competências que também são da Câmara e que nós podemos ter essa intervenção que é para não sairmos todos daqui sem resposta. No que toca às lombas da Avenida de Ceuta, bem como na Avenida Sá Carneiro, Avenida da Fonte Santa e a Papa Francisco, todas estas áreas se tornaram zonas de grandes velocidades. Já fiz algumas propostas à Câmara para arranjarmos uma forma de reduzir a velocidade. É verdade que as lombas não agradam a toda a gente ainda há pouco tempo as lombas que estavam junto ao Parque de Campismo os moradores mandaram tirar as lombas porque faziam ruído. Têm de se arranjar uma forma de reduzir a velocidade e concordo consigo e farei também chegar essa sua vontade à Câmara Municipal.

Sobre o estacionamento o que se passa é que não é o facto de haver parquímetros que se não houver temos mais lugares. A verdade é que nos últimos anos as pessoas que vêm de férias e que alugam casas mais longe da frente de mar, estacionam os carros junto á frente de mar e utilizam como armazém para guardar as sobrinhas, cadeiras, etc. Não era o facto de não se ter parquímetros que nós íamos beneficiar e acho que os comerciantes beneficiaram com esta situação e também concordo que Quarteira precisa de mais estacionamento. Tem um problema de estacionamento como o resto do país e principalmente nalgumas zonas costeiras do país.

O terreno no mercado das quartas-feiras neste momento está praticamente comprado e temos já um estudo que poderei mostrar em breve. Ainda não é um projeto e ainda



podemos fazer alterações, mas será para ter um estacionamento e não deixar de ter um Jardim e uma área em cima para que possamos manter estes mercados tradicionais e outro tipo de eventos.

No que respeita à Fonte Santa, estamos a falar da alteração do PDM que também está neste momento em cima da mesa que é poder expandir áreas para que possamos ter habitação a chamada habitação acessível. Atualmente não é uma habitação social porque o que queremos é que uma família normal consiga ter uma renda acessível.

O Aumento das áreas onde se poderão construir e tentar que seja habitação acessível e o Passis do Almargem é com certeza uma zona de expansão de Quarteira.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Entramos agora no período antes da ordem do dia. Têm a palavra Sr. Rogério da bancada do Bloco de Esquerda.

**Bancada do Bloco de Esquerda – Sr. Rogério Ferreira:** Sobre a questão do estacionamento gostaria de saber como é que ele funciona e respetivos horários. A questão dos moradores locais está ou não a funcionar porque nós também defendemos que deveria haver em determinado período o estacionamento que fosse pago, mas fosse pago por quem cá vem e não por aqueles que moram cá. Os que moram cá teriam cartão para poder estacionar gratuitamente e quais são as zonas abrangidas e em que períodos vão funcionar?

Relativamente aos desfibrilhadores que deveriam ser deveriam ser instalados, gostaria de saber se sempre foram instalados porque foram feitos cursos para poderem usar os desfibrilhadores e neste momento estão a caducar esses cursos e não temos conhecimento da instalação dos mesmos.

Em relação à questão da limpeza urbana chegaram algumas queixas sobre a varredura e limpeza de ruas com água que é uma coisa que não se faz em Quarteira há muitos anos e parece que é uma das coisas que passou para a junta de freguesia com a transferência de competências. Infelizmente continuamos com o mau trabalho da Suma.

Relativamente aos abrigos em Vilamoura, têm um contrato publicitário com uma empresa de Vila Nova de Gaia, que quando concorreu a este a este concurso tinha cerca



de 6 a 7 meses de existência, ou seja, não tinha nada no mercado ainda para concorrer a um concurso Internacional e tem capital social de 1 000,00€ (mil euros) e depois de consultar o caderno de encargos deste concurso verifico que é uma empresa pode levar o mobiliário urbano quando terminar o contrato. Considerando que os abrigos podem ser considerados mobiliário urbano quando acabar o contrato levam os mesmos e terão de ser feitos novos abrigos assim como ainda não se pensou na questão do Terminal Rodoviário que já devia estar na periferia da cidade e uma coisa feita em condições para abrigar as pessoas.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra Ricardo Proença da bancada do Partido Social Democrata.

**Bancada do PSD – Ricardo Proença:** A minha questão é apenas quando é que as sessões abertas ao Público das reuniões de executivo vão voltar visto que era uma prática no mandato anterior?

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra o Sr. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Começo por responder às questões informando que depois do mês de agosto iniciámos na primeira segunda-feira de todos os meses a nossa reunião de executiva aberto ao Público. Relativamente ao estacionamento vai estar até 15 de setembro e os moradores naquela que é a sua morada habitual têm direito ao cartão e podem vir à junta, porque nós estamos a dar apoio ao Loulé Global, para as pessoas não tenham de se deslocar a Loulé.

Há um desfibrilador na junta de freguesia já há algum tempo que está aqui no corredor na caixa de primeiros socorros e acho que há 2 pessoas que fizeram cá o curso, mas não era necessário. O objetivo disto é que as pessoas que têm formação possam saber onde é que existem desfibriladores e no movimento qualquer da rua saibam qual é o que está mais perto e possa apoiar diretamente as pessoas.



Relativamente á limpeza das ruas e o trabalho da Suma, a lavagem dos molokos, vou falar disto em termos gerais. A junta de freguesia tem responsabilidade da gestão deste processo desde janeiro 2022 é termina em maio de 2023 que já inicia um novo processo. Nós ainda não pagamos uma única fatura desde janeiro de 2022 porque a SUMA não cumpre com quase 50% daquilo que é o contrato. Nós fazemos fiscalizações muito apertadas desde as 6:00h da manhã até à tarde. Mandaram-nos as faturas e nós dissemos que não pagaríamos aquele montante e demos em resposta daquilo que achamos que temos de pagar. O que nós, Junta de Freguesia tentamos fazer é colmatar aquilo que eles não fazem com os nossos serviços internos.

Hoje terminámos um levantamento para tentar perceber aquilo que realmente necessita ser lavado porque como devemos imaginar não queremos andar aí como já se andou no passado como mangueiras ligadas com água quando temos o problema da água. Estamos a tentar arranjar alternativas, procurar depósitos para ver se conseguimos de alguma forma naqueles momentos de chuva armazenar 50 ou 60 m<sup>3</sup> de água para esta utilização. Uma das coisas que também temos tentado ver e perceber é se existe alguma máquina que possa receber por exemplo água salgada e que desse para lavar as ruas nalguns momentos.

Relativamente aos abrigos de Vilamoura, isto é, como a SUMA e é lógico que nos interessa e há situações atualmente na função pública e nas entidades públicas como as autarquias é preferível ter se calhar recursos que são contratados e que não sobrecarregamos os recursos humanos da junta de freguesia e que essas empresas possam facultar tudo o que são equipamentos. Existem timings em que nós fazemos os procedimentos e que não deixamos essa janela por fechar como por exemplo este contrato que a Inframoura fez já há algum tempo e que se calhar devíamos ter esta intervenção com estas empresas de comunicação e de publicidade. No caso da JCDecoux que fazia o que queria e no caso da CML ainda está agarrada a um contrato de anos em que a Câmara não recebe nada. O que a Inframoura fez com a JCDecoux que também tinha a publicidade em vilamoura, abriu um concurso Internacional e ganhou esta nova Empresa que vai pagar nos próximos 15 anos perto de 2 000 000€ (dois milhões de euros) à Inframoura, que no fundo será uma receita que é para investir no nosso espaço Público.



Relativamente ao terminal Rodoviário concordo que deve ser contemplado no PDM assim como um espaço para colocar os camiões pesados que estão em frente ao cemitério, para o novo centro de saúde, novas escolas. Neste momento estamos à procura de espaços para poder fazer o centro de saúde e uma nova escola em Quarteira em conjunto com o Diretor Municipal Júlio Sousa e é difícil arranjar terrenos. Quando for o PDM devemos marcar essa posição do que são as necessidades que nós temos aqui para organização do nosso espaço Público. Também concordo que o terminal pode sair daqui e melhorar com certeza o transporte urbano cá dentro para as pessoas terem que puderem desse terminal se deslocarem depois para o centro urbano.

Relativamente á rotunda a foi-me dito pelo Vereador Abílio Sousa, que ia em breve começar só a rotunda, não o resto da obra e ele já diminuiu até a execução, ou seja, não fazer ainda os separadores centrais porque a rotunda é uma prioridade.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra Deputado Vitor Duro.

**Bancada do PSD – Vitor Duro:** A minha questão tem a ver com a questão de estacionamento e como Sr. Presidente já tinha dito o terreno das quartas-feiras está quase comprado e de facto este assunto têm mais de 15 anos. Relativamente à habitação em Quarteira o Sr. Presidente frisou que em sede de PDM é capaz de haver alteração relativamente aos terrenos aqui na nossa periferia para ser possível a construção. Gostaria se possível de saber se está prevista alguma expansão das áreas de construção.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra Deputado Élio Carmo.

**Bancada do Chega – Élio Carmo:** A minha questão é a seguinte: para quando é que se prevê uma intervenção na avenida Sá Carneiro e Mota Pinto de forma a resolver-se alguns problemas de segurança que são graves na nossa cidade. Toda esta avenida que é enorme e que atravessa Quarteira poderia também sendo reestruturada resolver o grande problema ou em parte resolveriam o grande problema do estacionamento especialmente no verão.



**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúgia Brito:** Têm a palavra o Sr. Presidente.

**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Concordo que há zonas que vão ter de crescer por causa da habitação cível e têm de se arranjar um equilíbrio até porque Quarteira, quem percebe um bocado do PDM existente, tirando ali a zona do plano de urbanização norte nordeste de Quarteira que é da Papa Francisco que foi efetuado pela Câmara, tudo o resto não dá para construir ou seja nós já não temos por onde construir mais. Vai ter de abrir novos espaços de construção com toda a certeza, até porque áreas como o parque campismo não vão dar resposta à habitação acessível, vão continuar a ser uma resposta mais turística. Eu não tenho acesso a isso mas ainda assim tento dar respostas a todas aquelas questões, como a que o Sr. Rogério colocou relativo à própria organização do espaço urbano, como estacionamento dos carros pesados, como a própria Rodoviária, como o novo Centro de Saúde que se quer fazer e algumas escolas e o próprio pavilhão para a D. Diniz, em que a minha ideia é que não se deve destruir aquele que lá está mas sim remodelar e têm de haver mais um novo que possa crescer porque se vamos substituir um por outro a população cresce e os equipamentos são os mesmos. Portanto o objetivo é esse, que se cresça no sentido daquilo que nós ambicionamos para Quarteira.

Sobre a organização do estacionamento eu penso que neste momento passa muito pelo espaço do mercado das quartas-feiras organizado com 2 pisos para baixo. Esperemos também que o mercado comece a ser executado em breve e é verdade que ainda vai demorar pelo menos 3 anos a ser construído o mercado com 2 estacionamentos para baixo em que estamos a falar de estacionamento de mais de 200 viaturas. Se conseguirmos arranjar estes focos aqui e aquilo que nós falamos nas pequenas intervenções do dia a dia e consigamos mesmo em espaços que como aquele atrás da Farmácia Maria Paula em que nós estamos a tentar ver se a Câmara consegue comprar aquele espaço que dará para mais ou menos 20 ou 30 carros. Existe mais um núcleo daqueles interiores dos quarteirões, como este estacionamento aqui dentro da cidade de Quarteira que neste momento está a ser negociado com proprietário. Se conseguirmos



arranjar estas bolsas também conseguimos minimizar e melhorar alguns dos aspetos de estacionamento na Freguesia.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra o Senhor Deputado Isidoro da bancada do Partido Socialista.

**Bancada do Ps – Isidoro Correia:** Gostaria de falar sobre a Avenida Papa Francisco que é um estorvo durante a semana com ralis de carros e motos a alta velocidade e nas rotundas é demais. Nesta última semana foi às 4 da manhã rali durante quase um quarto de hora. Tem de se fazer alguma coisa não digo lombas, mas se calhar umas câmaras onde é que se pudesse vigiar alta velocidade os indivíduos e fotografá-los como está em Lisboa como está na Holanda e eles são captados e pagam multas valentes.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra o Senhor Presidente da Junta.

**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Todos nós temos uma responsabilidade do local onde vivemos se nós depositarmos só no Presidente de junta aquilo que nós próprios podemos fazer dentro das daquelas que são as entidades com responsabilidade na matéria chega algum dia não conseguimos estar em todos os lados. Digo-vos que já por mais do que uma vez que tenho discutido sobre isso e tem de haver uma participação de todos nesta situação. É difícil a GNR ter efetivos para irem e é mais fácil conseguirmos arranjar obstáculos físicos de maneira a obstruir aqueles que possam andar a essa velocidade. Mas era importante também que houvesse da vossa parte participação junto dos órgãos da GNR, que são eles que no fundo têm a responsabilidade de fiscalizar isso enquanto não houver as câmaras até porque se calhar será um processo que pode demorar muito mais tempo para ser consolidado.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Muito obrigada pelas explicações vamos entrar então no período da ordem do dia. Vamos fazer a apresentação do



processo da classificação reserva natural local da Foz do Almargem e do Trafal. Quem vai fazer a apresentação será o Sr. Vereador Carlos Carmo e quero também desejar boa noite ao senhor Presidente da Câmara aqui presente.

**Sr. Vereador da Câmara – Carlos Carmo:** Boa noite a todos e queria cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia Lúcia Brito, restante mesa, o senhor Presidente da Junta de Freguesia e demais executivos, as bancadas e também cumprimento o Público aqui presente e ao Público que está a assistir lá em casa. Cumprimento também algumas entidades aqui presentes, o senhor Comandante Monteiro, o senhor Presidente da Câmara e a equipa técnica da Câmara Municipal que nos acompanha da Divisão do ambiente e da Divisão da Ação climática que tiveram a responsabilidade neste processo de caracterização para a classificação da Foz do Almargem e Trafal como reserva natural local. Vou fazer aqui um pequeno historial, portanto nós neste momento estamos no período de discussão pública onde tanto o processo de classificação bem como o regulamento que vai ao seu cabo definir as regras para a gestão da reserva estão em discussão pública. A Câmara Municipal decidiu que teria que ter uma atitude pró-ativa neste processo de discussão pública porque podia eventualmente ficar à espera das pronúncias os documentos que são públicos que estão nos devidos locais de estilo, nomeadamente a Junta de Freguesia, Câmara municipal, no portal Portugal Participa e no site da Câmara Municipal mas decidiu promover um conjunto de sessões de esclarecimento com todos aqueles que podem ter alguma influência ou até serem diretamente envolvidos, nomeadamente os proprietários. Fizemos uma sessão de esclarecimento com a mais de 60% dos proprietários da área da reserva e também sessões de esclarecimento com diversas entidades locais regionais, empresários, associações empresariais, clubes, associações e escolas que tentamos envolver neste período de discussão pública ainda que numa fase embrionária para que até ao final do período de discussão pública todos tivessem oportunidade se assim entendessem, enquanto cidadãos ou enquanto entidades pudessem efetuar a devida pronúncia.

A discussão pública iniciou-se no dia 6 de julho e vai até o dia 17 de agosto e nós estamos a fazer o último momento de apresentação pública e quero agradecer á Senhora



Presidente da Assembleia bem como ao Presidente da Junta que acedeu ao nosso pedido de inserir numa sessão extraordinária este ponto para podermos ter mais um momento de esclarecimento junto da população.

Os pontos que eu vou focar são desde o enquadramento, os objetivos, a caracterização e também aqui falamos um pouco sobre os riscos e as ameaças e depois também falaremos sobre a proposta de regulamento e algumas considerações finais. Depois da apresentação eu, o Sr. Presidente da Câmara e equipa técnica estaremos ao dispor para qualquer esclarecimento que possa surgir.

Existe um regime jurídico que define a os objetivos de conservação da natureza e da biodiversidade, portanto o que se entende por reserva natural é uma área que contém características ecológicas, geológicas e fisiográficas ou outro tipo de atributos com valor científico ecológico ou educativo, portanto a essa definição está tipificada no regime jurídico, portanto e é esse regime que rege ao fim ao cabo esta classificação de reserva natural.

A localização penso que já é sobejamente conhecida ela está localizada a nascente da cidade de Quarteira, tem aproximadamente 136 hectares e podem verificar neste mapa a definição a vermelho onde se pode ler Forte Novo e a Trafal. Este é um slide que demonstra ao abrigo da carta de ocupação do solo que está em vigor a área da reserva e a sua classificação enquanto a ocupação do solo. Temos áreas florestadas, pastagens, massas de água, zonas de agricultura, matos, espaços descobertos com pouca vegetação e também uma pequena parte onde existe território fertilizado. O que importa é que grande parte da percentagem da área da reserva são áreas florestadas, pastagens, massas de água e zonas de agricultura. Não existe influência humana edificada enquanto cartografia da ocupação do solo. O facto de estarmos a classificar aquela área como reserva levou á definição de medidas preventivas em que o Município, Presidente da Câmara e o executivo tomaram uma decisão que não é muito usual de suspender numa certa área o PDM para impedir aquilo que seria uma das ameaças que é a pressão imobiliária e que era contraproducente àquilo que é o objetivo de classificação do território em que as medidas preventivas estão ali definidas e que são interditas a operações de loteamento e obras de urbanização, trabalhos de remodelação de terrenos



e de árvores em maciço ou destruição de solo vivo. Isto são as ações que são interditas ao abrigo das medidas preventivas e que são coincidentes com área com área da reserva natural de se quer classificar.

Outro instrumento de ordenamento do território que tem influência na área da reserva que é o POC que é o plano de ordenamento da orla costeira entre Vilamoura e Vila Real de Santo António. Quase toda a área da reserva já hoje têm constrangimentos que estão interligados com o POC, portanto mais à frente iremos ver no âmbito do regulamento que muitas das medidas que estão lá definidas são ao fim ao cabo o verter para o regulamento das medidas que já estão em vigor na área do POC. Só há ali uma pequena área a nordeste é que não está ao obrigo do POC, mas as medidas que estão definidas são coincidentes com aquelas que virão atrás e que estão classificadas no âmbito da carta de ocupação do solo.

Quarteira é atualmente e já com os dados de 2021, apesar de provisórios dos censos é a freguesia que tem a maior densidade populacional do concelho de Loulé. 640 habitantes por quilómetro quadrado, uma variação de 12% mais em relação aos últimos censos e também ao nível da ocupação do solo é a freguesia que tem maior área urbana portanto tem 1640 hectares de área urbana em relação àquilo que é a caracterização das outras freguesias, mais como fosse esta era uma decisão que tinha que ser tomada porque sabemos que plenamente para preservarmos aquilo que é a riqueza do território e este território que é altamente densificado e com uma pressão urbanística muito grande tinha que ser tomada esta decisão, para criarmos uma área de decompressão do território e que está devidamente interligado com estes dados, que são dados estatísticos, mas são muito importantes para percebermos também a importância da decisão que estamos a tomar.

Ao nível das linhas de água a área da reserva é atravessada por duas ribeiras, Ribeira da Fonte Santa ou do Almargem e a Ribeira do Carcavai. A sua dimensão e a sua duração diária alagável dependem obviamente da precipitação anual quanto maior são os níveis de precipitação maior é a sua área alagável e a maior é a sua durabilidade ao longo do ano. Portanto quem conhece a área sabe perfeitamente que essa variação existe e como tal ia dizer o senhor deputado Fábio Nobre atualmente é zero porque obviamente neste



momento não há precipitação estamos em seca extrema e por regra normalmente pelo menos a do Trafal grande parte do ano está quase seca a do Almagem não, mas normalmente nesta época do ano elas estão com a pouca massa de água e mais à frente também iremos falar um pouco sobre isso porque também vão ser trabalhadas medidas para criar caudais mínimos ambientais, para manter aquilo que é a riqueza do ecossistema naquela área.

Também há uma convenção sobre zonas húmidas que ao fim ao cabo são dos mais ricos e produtivos ecossistemas da Biosfera, fornecendo aquilo que se denomina por serviços ecossistêmicos ao homem. Os serviços ecossistêmicos que estão definidos são provisionamento de regulação, suporte e serviços culturais, basicamente é aquilo que é a nossa riqueza natural a riqueza do nosso património natural que são aquilo que está interligado com os serviços ecossistêmicos. Foi feito um estudo de caracterização que versa sobre estes serviços que estão aqui, portanto os serviços e ecossistêmicos na área da reserva.

O nosso objetivo neste momento é uma ambição do município que está em curso, mas tem de ser uma ambição de todos porque esta reserva só terá a sua concretização plena com a participação de todos. Os objetivos são ao fim ao cabo trabalharmos na área do património cultural, educação ambiental ao nível dos ecossistemas e recursos naturais, boas práticas, serviços ecossistêmicos que vimos agora, trabalharmos as questões das alterações climáticas, a sustentabilidade da ciência, a literacia ambiental, a biodiversidade e o desenvolvimento. Para chegarmos a estes estes objetivos temos de ter um conjunto de ações bem presentes, conservar, promover, divulgar e valorizar, monitorizar, proteger, conhecer, adaptar e recuperar. Estas são as ações que nos vão permitir atingir estes objetivos que estão aqui definidos.

Ao nível da caracterização que é a riqueza ambiental que esta área tem, foi um trabalho feito na sua totalidade a partir de uma certa altura quando ainda não estávamos sequer com essa intenção, houve um estudo desenvolvido pela Associação Almagem que estudou várias zonas húmidas do Algarve entre elas a Foz do Almagem e Trafal. Nessa altura apesar de já haver algum conhecimento científico ou técnico que nos demonstrava grande riqueza deste território, tivemos nessa altura conhecimento pleno daquilo e que



percebemos que tínhamos de tomar decisões muito importantes para proteger aquilo que tínhamos acabado de ter conhecimento.

A Associação Almargem, teve um papel muito importante e depois todo este trabalho de campo, todo o trabalho de caracterização foi totalmente efetuado com o corpo técnico da Câmara Municipal de Loulé que está aqui corporizado por algumas dirigentes e técnicas e, portanto, aí demonstra também a grande riqueza do corpo técnico que nós temos na Câmara Municipal de Loulé. Ao nível do património natural que foi estudado e identificado, temos ao nível da fauna cerca de 279 espécies até ao momento identificadas e estão divididas por aquelas tipologias (aves, insetos, répteis, anfíbios e mamíferos). As aves e os insetos são o maior número de espécies que existe naquele território, nas aves foram identificadas 137 espécies das quais 26 têm neste momento hoje um estatuto de ameaça, ou seja, que temos obviamente ter aqui uma ação para proteger todas, mas existe aqui já 26 que já tem um estatuto de ameaça de qualquer temos de ter também aqui algumas medidas adicionais.

Ao nível dos anfíbios e enquanto nas aves praticamente todas elas foram visualizadas no local, ao nível dos anfíbios há aqui um dado que é importante também que esclarecer, porque foram dadas para o local 11 espécies, ou seja, foram lá algumas identificadas e outras pelas características do território e por aquilo que é são estudos que estão feitos que se têm praticamente a certeza que existe naquele território. Portanto é por isso que há aqui esta esta diferença entre identificadas ou dadas para o local como as 11 espécies que são dadas para o local e representam 60% daquilo que é a riqueza específica de anfíbios a nível nacional. Estão ali exemplares que têm uma particularidade entre eles é que são endemismos ibéricos, ou seja, que só existem na Península Ibérica. Ao nível dos répteis algo muito semelhante também, 18 espécies dadas para o local e que também representam cerca de 60% da riqueza específica ao nível nacional. Aqui também 3 espécies com 3 classificações diferente do seu estado com uma espécie que é ameaçada, uma em perigo e outra espécie vulnerável.

A nível dos mamíferos, novas espécies de mamíferos terrestres não voadores e porque acredito tecnicamente que possa existir ali também colónias de morcegos embora não tenham sido identificados nenhum nenhuma espécie acredita-se que pela característica



do território que possa existir também ali mamíferos voadores. Temos pistas que nos levam a crer que existem lontras neste território que ao nível da diretiva dos habitats é uma espécie que é definida como espécie protegida. Portanto existe nesse território espécies que tem uma grande importância para o nosso ecossistema para manter aquilo que é a biodiversidade. Existem 99 espécies que foram identificadas no local e também pela característica do território tem também um grande potencial para acolher espécies que estão definidas como espécies raras endêmicas localizadas ameaçadas ou em perigo de extinção.

Quanto ao nível do património natural no que concerne à flora e aos habitats são 228 espécies e felizmente grande parte delas são espécies autóctones, mas existe ali um dos riscos aliás muitas ameaças que é um dos trabalhos que temos de fazer que é o combate às espécies invasoras. Neste momento estão identificadas 14 espécies que são invasoras e como referência temos 2 habitats que são prioritárias para conservação, as lagoas e definidas como lagoas costeiras e as dunas fixas com vegetação herbácea. Estão identificadas novas espécies com interesse de conservação e quando se fala da importância da preservação das dunas aqui está também estes exemplos, com espécies que têm de ser protegidas ao nível dos esquadrões dunares.

Depois de fazermos uma caracterização mais da riqueza ambiental e da riqueza da biodiversidade existente gostaria de falar sobre os riscos e ameaças. Riscos são todos aqueles riscos associados à natureza, portanto riscos naturais e as ameaças tudo aquilo que têm influência direta ou indiretamente pela mão humana. Como riscos naturais temos o galgamento, inundação, erosão, instabilidade de vertentes, intrusão salina e atividade sísmica para quem não sabe há uma falha sísmica com o nome de falha do Carcavai que atravessa aquela área da reserva. Quem é de Quarteira e quem conhece aquele espaço mesmo não sendo natural de Quarteira pode vir a acompanhar nos últimos anos e se recuarmos 10 anos percebemos rapidamente o impacto da erosão daquela falésia. Quem visita aquele local sabe perfeitamente que existe ali cerca em madeira que foi colocada há alguns anos para impedir e criar um espaço de segurança entre a zona que as pessoas podem ao fim ao cabo por caminhar e uma zona de segurança para não chegarmos ao limite da falésia.



Hoje esse limite quase que não existe entre essa cerca de Madeira e o limite da falésia é por isso que sensivelmente há 2 anos tomamos uma decisão juntamente com a APA e com autoridade marítima de colocarmos ali umas peças em cimento. Foi uma medida imediata que tínhamos de tomar para criar novamente uma área de segurança. Portanto a erosão é bem presente e se recuarmos 5 ou 10 anos temos a plena noção deste impacto, deste risco natural.

As ameaças ou seja tudo aquilo que tem influência da mão humana a primeira estamos a tratar dela ou seja a falta de proteção legal, estamos a criar todas as condições para termos mecanismos, instrumentos legais para conservar e com medidas muito concretas e depois algo que nós já falámos que é a pressão imobiliária é por isso que houve a decisão de conjuntamente ou seja através das medidas preventivas criar ali este espaço de decompressão e com a decisão de classificação criar aqui uma interrupção daquilo que é uma ameaça para territórios com esta riqueza. A perturbação humana não é o facto de nós andarmos lá, mas pelo que nós podemos influenciar diretamente e está ali um dos exemplos que é o estacionamento abusivo de viaturas que atualmente todos sabem que acontece nos acessos à praia e também nas falésias e para isso também teremos medidas que estão a ser pensadas e que vão ser regulamentadas.

Atualmente também sabem que muitas vezes existem pessoas que a título individual e até algumas empresas que promovem visitas a estas áreas com veículos de vários tipos e que abrem trilhos onde não existe criando ali os tais trilhos de forma desregrada. Portanto nós iremos organizar, ordenar, criar percursos interpretativos e também criar medidas para diminuir e até em certa medida restringir viaturas motorizadas naquela área.

Identificados os riscos, identificados as ameaças tomamos a decisão e que também está neste momento em discussão pública um processo de classificação e o processo de regulamento a decorrer para que também a população tivesse noção que medidas é que teriam de ser tomadas para preservar. Quem quiser pesquisar no Portal Participa tem de pesquisar 2 documentos. Só um pequeno enquadramento para quem não tem noção como é que se elabora um regulamento municipal nós desde muito cedo começámos a trabalhar e não éramos obrigados a isso mas tínhamos toda a noção que se o fizéssemos



iríamos concretizar muito mais facilmente e também envolvendo todas as entidades que tinham que de certa forma emitir pareceres vinculativos ou não mas que tinham que estar envolvidos portanto desde cedo começamos a trabalhar com a CCDR, com a APA com o ICNF, com a própria Junta de Freguesia e com a Capitania do Porto de Faro que está aqui representada pelo seu comandante Monteiro e também com a Associação Almagem, que esteve na origem deste trabalho. É um regulamento que se inicia com uma intenção de criação de regulamento e depois apresentou uma proposta que foi a reunião de Câmara, foi a Assembleia municipal e está neste momento em discussão pública e depois haverá seguramente um relatório de ponderação com as ponderações que nos estão a chegar e depois haverá novamente no mesmo circuito, reunião de Câmara, Assembleia Municipal e segue para publicação para depois estar em vigor.

Vários apontamentos daquilo que nós achamos que é importante trazermos aqui para esta apresentação, os órgãos que vão gerir a reserva natural local através de uma comissão diretiva, portanto e esta definição já existe na gestão das outras paisagens protegidas que nós temos no nosso território e, portanto, existe uma comissão diretiva que é composta por um Presidente e 2 vogais. O Presidente será sempre o Presidente da Câmara ou um vereador por ele delegado e 2 vogais no exemplo das 2 paisagens protegidas são os 2 presidentes de junta das áreas das paisagens da Fonte Némola e da Rocha da Pena, aqui será o Presidente da Junta ou um elemento por ele delegado do seu executivo e depois mais uma outra entidade que depois da sua concretização iremos definir que Entidade é que possa ser mais ligada às entidades que têm competência na matéria ou também poderá ser alguém a representar a vertente mais científica de apoio à gestão desta reserva. Teremos um conselho consultivo que tem ali um conjunto de entidades que obrigatoriamente têm de fazer parte e a particularidade é que decidimos que os proprietários também terão um papel bastante importante neste conselho consultivo, porque terão uma representação e, portanto, foi-lhes dito na reunião que fizemos, que as certas alturas irão ser chamados a indicarem um ou dois representantes para estarem incluídos no Conselho consultivo. Terá também um conselho científico como o nome define que será um órgão de natureza científica, que vai ser constituída a



posteriori pela Comissão diretiva, portanto pelas atividades que se achar por bem trazer para este Conselho de cariz científico.

No artigo 12º da proposta de regulamento podem verificar um conjunto de atos e atividades que são interditas em que a grande parte delas já são interditas naquele território de uma maneira ou de outra ou seja ou por imposição do POC ou então pela tipologia do território que nós estamos a falar ao nível da sua ocupação do solo. O que está vertido na proposta do regulamento basicamente é aquilo que grande parte hoje já é impedido de fazer naquela área do território. Está aqui a listagem que está na proposta de regulamento relativo a atos e atividades que são interditas como por exemplo a prática do campismo ou caravanismo. Para terem uma noção nós temos dito isso nas sessões que temos feito temos tido algumas medidas da Câmara e a junta ao longo dos últimos anos, para tentar mitigar aquilo que é o impacto do caravanismo selvagem até porque existe legislação própria. A própria autoridade tem muita dificuldade em regular esta atividade que tem ao fim ao cabo uma importância económica e turística muito grande, mas tem de cumprir um conjunto de regras e de legislação. Foram colocados 3 pórticos entre as zonas de acesso às praias do Almargem e do Trafal, que limitava a altura dos veículos que podiam passar nesses acessos, mas um deles foi destruído literalmente o outro foi vandalizado o outro ainda persistiu no tempo. Mas assim que tomamos essas medidas verificámos logo grande diminuição do impacto do caravanismo e por consequência do campismo selvagem.

Relativamente a atos e atividades que são condicionadas a grande diferença é que estas são atos e atividades que serão permitidas, mas que a comissão diretiva terá de emitir parecer para a sua concretização. Isso já acontece nas outras paisagens protegidas como por exemplo, uma simples caminhada que se queira organizar por um clube ou uma associação na área da reserva, tem que além de o todo o processo de licenciamento que tem que fazer tem também de requerer à Comissão diretiva da paisagem protegida um parecer para a sua concretização. Esse parecer pode ser positivo ou até positivo com condicionalismos e essa análise técnica é sempre feita pelo corpo técnico da Câmara municipal de Loulé.



Estamos a trabalhar internamente na Câmara municipal e com algumas entidades para verificarmos aquilo que vai ser interdito/condicionado. Não podemos só condicionar ou impedir temos de criar medidas para regular. No topo deste conjunto de medidas a regulamentação do uso de viaturas Motorizadas, ou seja, vão ser criadas medidas para condicionar o acesso àquelas áreas de reserva e está neste momento a ser pensado com a APA, por exemplo medidas de estreitamento da via, com a colocação de umas cercas em madeira ou outro tipo de material condizente com o território, zonas de circulação onde possa haver atravessamentos para impedir aquilo que é o estacionamento abusivo. Pode eventualmente até haver a possibilidade e está a ser estudada até pela Loulé global a possibilidade de ter um veículo elétrico que possa fazer aqui pêndulos entre bolsas de estacionamento que estão que estão a ser pensadas e o acesso à praia e aos apoios de praia que já existem junto à orla costeira.

Vamos criar medidas de restrição, mas em contrapartida criar medidas de acesso a essas zonas balneares.

Relativamente ao estacionamento, tendo aí uma ressalva contemplando o acesso à restauração existente até porque neste momento temos 2 apoios de praia que estão na área da reserva e o POC, permite um terceiro apoio de praia e pelo que sabemos há intenções da sua concretização. Independentemente disso iremos criar condições para criar bolsas de estacionamento, com áreas de acesso à reserva.

Deslocamos-nos ao terreno com a Junta de Freguesia e com outras entidades para perceber que territórios é que podemos ocupar para a criação dessas bolsas. Um território é do município e já percecionamos também a titularidade das outras bolsas de estacionamento, para iniciarmos conversações com os proprietários. O objetivo é criar bolsas de estacionamento autossustentáveis energeticamente e que também permita a quem visite, possa verificar de imediato se existem lugares disponíveis de estacionamento. Vai ser também muito importante a presença de pessoas ligadas à Câmara municipal que nós designamos por uma equipa de assistentes de conservação da natureza, que também já está a definido a sua criação para que estejam presentes o maior número de horas possíveis na área da reserva para acompanhar a reserva e também fiscalizar os atos interditos ou os atos condicionados.



Vamos criar um plano de mitigação e controlo de espécies exóticas invasoras com acompanhamento técnico, juntamente com os proprietários para que eles possam perceber que tipo de ações é que podem ter nos seus terrenos, para mitigar muitas espécies que existem e que são invasoras.

O ordenamento dos trilhos e percursos, criando percursos interpretativos e para possibilitar a observação destas espécies bem como o planeamento da gestão da água porque percebermos por este estudo que existe uma grande riqueza nas áreas das Lagoas e da sua grande importância ambiental que temos de preservar. Para que haja essa preservação tem de haver um caudal mínimo ambiental e também temos algumas ideias sobre isso e o objetivo de trabalhamos nesta matéria.

Queria aproveitar esta sessão para dizer algo sobre esta questão da gestão da água. Quem conhece a área do Trafal, sabe que no verão praticamente aquela Lagoa está sempre seca. Mas muita gente por não perceber ou por não ter a noção plena da riqueza que lá existe, utiliza aquela área de forma desregulada e como zona de estacionamento. O município há 2 anos, mais uma vez criou uma área com cercas de madeira, para impedir o estacionamento em cima dessa Lagoa e desapareceu rapidamente e como achamos que não era a medida mais assertiva porque era facilmente retirada, colocámos peças de rocha com dimensão e também pedimos a presença à Autoridade Marítima e a Gnr que houvesse ali mais atenção porque queremos preservar o que está a acontecer neste momento, que é um processo de nidificação dentro daquela área da Lagoa. As aves neste momento puseram lá os seus ovos e estão debaixo da Terra e se houver aquela pressão dos automóveis toda esta riqueza desaparece, portanto temos tido medidas que apesar de não termos a reserva ainda implementada não podemos ficar indiferente à riqueza do território. Tudo isto é para percebermos que às vezes as atitudes que tomamos têm consequências. As pessoas podem não gostar e começámos a receber algumas reclamações na Câmara que estamos a ocupar um parque de estacionamento. Tecnicamente foi respondido que aquilo não é um parque de estacionamento e aproveitamos para esclarecer sobre a grande riqueza ambiental daquela área.

O processo que está em curso e as pessoas podem também consultar e fazer a sua pronúncia. No âmbito do próprio regime que inicialmente falei, o regime jurídico



para a conservação da natureza e da biodiversidade, portanto o grande objetivo é ao fim ao cabo, classificar aquela área como área protegida, dar-lhe um estatuto legal de proteção adequada, a manutenção da biodiversidade dos serviços ecossistémicos e do património geológico.

Quero também referir também a grande riqueza do património arqueológico, estando neste momento em curso escavações arqueológicas na área Trafal e que também vão trazer a nu a grande riqueza do património arqueológico em que algum deles está exposto na exposição de “6000 anos de história”.

Em suma o que se pretende é que haja uma política de proximidade concertada com o município, os visitantes, os residentes e os proprietários e todas as entidades que concorrem para a gestão daquela área, porque obviamente aquilo que se pretende é uma conciliação entre a dinamização do território e a conservação da natureza e da biodiversidade.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Dou a palavra ao público que queira se pronunciar. Têm a palavra o Sr. João Barros.

**Sr. João Barros:** Boa noite a todos. Desde os anos 80 que frequento a zona aqui em discussão e é com grande simpatia que vejo o executivo da Câmara Municipal a tomar a iniciativa para elevar a zona e é com muito agrado que se olha para esse projeto. No entanto queria deixar aqui só umas questões que se prende com o fato de eu fazer parte da direção de uma associação de moradores da zona do loteamento do antigo Algarve Sol, que fica confinando com a reserva e para tranquilizar um pouco o ambiente da comunidade local, vinha aqui só deixar algumas questões mais sintéticas sobre o assunto. Sendo que o loteamento neste caso a organização Fonte Santa com alvará emitido em 71, não foi concluída, portanto na sua capacidade de infraestruturas, a questão é se vai a Câmara Municipal também completar ou finalizar esse trabalho visto que a zona do loteamento e a reserva partilham os trilhos? Se vão dar acesso ao local e nesse sentido será uma mais-valia para ambas as zonas e mesmo para a comunidade que lá reside e visita?

A segunda questão tem a ver com o fogo, que embora tenham lá chegado muito prontamente as entidades competentes, gostaria de saber quais as medidas de limpeza e proteção contra incêndios que estão previstas para a área da reserva, visto que temos um Pinhal, com mais de 50 anos que está com falta de conservação? Gostaria de saber também qual é o mecanismo para manter os caudais da lagoa adequados?

Relativamente a uma questão que é importante para população saudosa de Quarteira, gostaria de saber o que está idealizado para a Fonte Santa, tanque e logradouro do património municipal se existe alguma ideia ou medida para despoluir e reabilitar o espaço.

Como última questão que é a nota que eu queria deixar aqui em jeito de atenção, sabemos que há uma suinicultura por trás do tanque da Fonte Santa, que tem portanto nas suas costas a Ribeira da fonte Santa, que desagua na Foz do Almargem, na reserva que aqui se propõe criar e na altura das cheias sendo uma zona que é mesmo propícia para inundações poderá haver uma enxurrada de água que poderá levar também esses resíduos da suinicultura, para dentro da Foz do Almargem, onde a Reserva será criada e contaminando assim também o ecossistema e as espécies.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Tem a palavra a Sra. Marie France.

**Sra. Marie France-Gallez:** Boa noite a todos. Vivi aqui nos anos 80 e ia muitas vezes passear para o Lago do Almargem. Na altura quando havia seca na Lagoa, as pessoas de Quarteira faziam canais para ligar o mar à Lagoa e estou a ver que isto é uma intrusão salina. Eu não sei se na altura as pessoas pensavam que era uma intrusão salina, eles de boa vontade faziam este canal para que o mar nas várias vivas enchesse a Lagoa. Parece que agora é intrusão salina, isto não deu o cabo da Lagoa, pois não? Não sei se há técnicas especializadas para me dizerem qual é o perigo do mar vir para Lagoa.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra Sr. André Ramos.



**Sr. André Ramos** - Boa noite a todos. Relativamente ao que se têm estado a falar acho que as pessoas vão continuar a acampar, vão se esconder, vão fazer o que quiserem. Porque é que não dão a uma entidade privada, parte daquele terreno para fazerem um arborismo e essa entidade irá fornecer esses serviços. Eu vejo muitos custos associados ao que vocês querem fazer. Gostaria que me explicassem o que é uma regulação de água? Vão colocar lá uma Étar, para libertar cheiro lá? Vão bombear água do mar? Outra questão é sobre o estacionamento fala-se muito Eu Não percebo qual é o problema porque a Quinta do Lago mostrou que podemos andar quase 300 m e não precisamos de um estacionamento. podemos ter um junto à rotunda e aquilo pode ficar tudo fechado.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Passo a palavra ao Sr. Vereador para esclarecer algumas questões.

**Sr. Vereador da Câmara – Carlos Carmo:** Sugeriria que estas respostas fossem dadas posteriormente, de uma forma mais técnica porque há aqui questões que não se consegue responder agora, como o Sr. João Barros que falou na questão do alvará e aquilo que nós temos a certeza é que da área da reserva não há nenhum alvará titulado. Isso temos a certeza. Que como disse é alvará que confina com a área da reserva, portanto isso vamos ver com a equipa técnica. A questão da limpeza dos terrenos é muito importante, mas não nos podemos esquecer que hoje, já existe legislação que obriga que qualquer um de nós que tem terrenos ou não, que têm de fazer a gestão do seu terreno ou seja a limpeza. Hoje já não temos retorno daquilo que é a riqueza que a terra nos pode trazer, portanto isto pode ser uma oportunidade para isso. Nós queremos trabalhar juntamente com os proprietários, isso foi dito na reunião com eles, que temos de algumas medidas que estão a ser pensadas e isto é um caminho que quando o processo de reserva estiver concluído não haverá respostas a todas as questões no dia a seguir não, algumas questões que vão ser pensadas, estão a ser ponderadas, não são questões que aparecem com um estalar de dedos mas no que concerne à limpeza dos terrenos muitas das ações que vão que vão ser feitas de mitigação das invasoras já é um grande processo para manter o território mais resiliente.



Depois podemos dar todo o apoio técnico e isso é garantido, para que os proprietários possam fazer uma limpeza efetivamente de acordo com a área que está inserida, portanto isso está dentro do caderno de encargos que nós estamos a trabalhar para aquilo que são os objetivos da reserva.

A questão da água e isso também responde a todos que colocaram essa questão, neste momento estamos juntamente com a APA a estudar aquilo que será a forma de fazer chegar água através das várias linhas de água que existem e que confluem com as ribeiras, para criar esse caudal mínimo. Portanto isso não é algo que se faça com uma descarga, um desvio de uma linha de água, far-se-á com a gestão daquilo que são as várias linhas de água que são os afluentes destas duas ribeiras. Isto é um trabalho que está a ser feito e que vai ser feito com a APA, porque será um dos trabalhos mais fundamentais para dar não só aquilo que é a manutenção da riqueza, mas também a beleza que aquele espaço tem, as fotografias lindíssimas que dá com as Lagoas cheias e com as diversas aves que existem lá.

No que concerne à Fonte Santa, pois nós também queríamos, mas o terreno é privado e o espaço da fonte Santa é privado.

Sobre a questão estacionamento e a questão que se calhar vai trazer muitos problemas. De facto, não vai ser fácil, mas neste momento as medidas que nós vamos criar que ao fim ao cabo nós não vamos inventar nada e, portanto, já existem esse tipo de áreas preservadas com condicionamentos de acesso e com controlo de acessos e também tão pouco vamos criar parques de estacionamento que não sejam em zonas quase iniciais da área da reserva para se fazerem muito bem os caminhos até à praia, até à zona dos apoios de praia, de forma pedonal ou ciclável. Portanto isso não será nada de obra física, será simplesmente o estreitar daquilo que é a via que existe hoje para que possa existir aí sim, uma circulação de algum transporte Público, que possa ser criado elétrico para levar as pessoas dos vários pontos que deixam o carro até fora da área da reserva e que depois para quem quiser fazer melhor ainda através de uma mobilidade mais suave utilizar esses caminhos. Esse é o objetivo.

A questão que falou do caravanismo e do campismo isso é um problema que nós vamos fazer tudo para regular. Pode ser uma ideia haver essa entidade, mas não é isso que vai

regular ou não o caravanismo e o e o campismo selvagem porque ali é interdito, isso não há dúvidas. Sobre a intrusão salina eu posso dizer que aquilo que é a riqueza da biodiversidade numa área que tem água salgada é muito diferente daquilo que é a riqueza da biodiversidade de uma água doce. Obviamente que aquelas 2 lagoas, historicamente tiveram sempre cargas e descargas para o mar e do mar cá para dentro. A própria riqueza que lá existe já é condizente com aquilo que é a história do mar que entrou muitas vezes na Lagoa e vice-versa, portanto isso mantém-se.

O que é importante termos a noção é que esperemos nós é que chova muito e que seja necessário fazer esses transbordos e essa regulação das massas de água.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Dou a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

**Bancada do Bloco de Esquerda – Sr. Rogério Ferreira:** É evidente que estamos de acordo com a criação desta reserva natural. Só tenho pena que só ao fim de 11 anos e meio, de ter sido aprovado por unanimidade, na Assembleia Municipal no dia 25/02/2011, uma proposta do Bloco de Esquerda para a criação desta reserva natural é que ela surja. Tenho pena porque ao longo de 11 anos e meio perderam-se muitas coisas.

Em relação à questão do caudal ambiental, eu tenho dúvidas é sobre aquilo eu penso que o seu vereador na outra reunião que nós tivemos aqui tinha falado na possibilidade de uma descarga de uma Étar e gostaria de ouvir os técnicos a sobre essa matéria, como também tenho dúvidas sobre a questão da inclusão do mar lá, porque há espécies de água doce que não se dão com água salgada e também aqui eu gostaria mais de ouvir os técnicos falarem sobre esta matéria. Em relação às atividades interditas, quem é que intervém nesta matéria se houver pessoas que não estejam a respeitar aquilo que são as atividades interditas?

Na questão do dos loteamentos da Algarve Sol, gostaria que me explicassem isto, porque eu penso que havia lá alguns lotes que estavam em reserva agrícola e com todas as condicionantes para a construção estão agora fora da reserva agrícola ou estão em reserva agrícola ainda?



**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lúcia Brito:** Dou a palavra ao Sr. Deputado Fábio Nobre.

**Bancada do Partido Socialista – Fábio Nobre:** Este é uma decisão que me deixa muito feliz não só o como Quarteirense, não só enquanto habitante do concelho, mas também como alguém que aprecia muito e reconhece a importância da natureza e sobretudo a natureza ao nosso redor. No caso de Quarteira é gritante realmente a necessidade deste espaço e eu não tenho dúvidas nenhuma que não haja um Quarteirense que não adoro aquela zona, seja para fazer uma caminhada, seja apenas para desfrutar daquele ponto. Desde que estou na vida pública, desde 2013 foi também este dossiê que realmente vi pela coragem que foi necessária por parte da Câmara Municipal, nomeadamente com a implementação das medidas provisórias do PDM, exatamente no que diz respeito ao parque de campismo e por testemunhar neste caso numa sessão da Assembleia municipal em Loulé, realmente o quão isso irritou a algumas pessoas e inclusive com recurso a estratégias muito baixas até da própria culpabilização dos deputados municipais.

Tenho aqui algumas dúvidas também, mas em primeiro lugar queria mesmo deixar esta palavra de agradecimento, de apoio e de Felicidade porque agora sei que aquela zona continuará a ser assim e quando muito melhorada isso deixa-me muito feliz, até porque até do ponto de vista dos interesses privados, valoriza a região. Todos nós temos muitos exemplos do que acontece a uma zona, quando sucumbe à pressão imobiliária e por exemplo no sul de Espanha há muitos casos desses.

O Senhor Vereador Carlos Carmo, falou daqueles blocos de pedra que foram colocados e eu pensava que era para impedir as caravanas não sabia que era para delinear. A verdade é que fez com que existissem menos caravanas ali e, portanto, não sei se foi esse um dos principais objetivos, mas acabou por ajudar.

A primeira pergunta que eu tinha para fazer era como é que reagiram os proprietários quando souberam da criação desta reserva? Se conseguiram ver os benefícios ou se alguns ficaram de pé atrás ou com algumas dúvidas?

Quando o Senhor Vereador falou do acesso à praia por intermédio de algum veículo elétrico ou algo similar, lembrei-me da Praia do Barril, que tem aquele comboio elétrico que passa pelas dunas e que é gerido por uma entidade privada, portanto até uma forma de garantir aqui uma interação entre o Privado e o Público. Acabaria por ser engraçado e promover também a implementação ou permissão de visitas guiadas para pessoas que queiram apreciar a natureza.

Em relação à equipa de assistentes da natureza a ser criada, gostaria de saber se a Câmara tem alguma ideia de quanto é que isso poderia acrescer no orçamento camarário ou se seria uma integração dos próprios colaboradores da Câmara.

E por fim terminar mesmo com a mensagem mais importante que foi aquela com que eu comecei, o agradecimento e acredito que nos anos vindouros, este será uma das marcas mais indelévels do executivo, pela coragem e pela importância que se dá a um espaço que é tão bonito, precioso e tão importante nos dias que correm.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Dou a palavra ao Sr. Isidoro Correia.

**Bancada do Partido Socialista – Sr. Isidoro Correia:** Queria fazer aqui um pequeno historial, sobre a Fonte Santa. Em 1989/90, eu quis saber realmente o que era a Fonte Santa. Fui ao INIP em Olhão, e foi-me explicado que a Fonte Santa, para ter a sua água, ela era proveniente de vários cursos de água, desde Carcavai, desde as 2 Sentinelas para baixo. Havia várias linhas de água em que se cruzavam uns com os outros e como aquela parte é a mais elevada formava aquífero enorme, a norte nordeste, ou seja, a zona do Alsakia existe um aquífero, com muitos hectares em que é captada essa água que depois drenava para a Fonte Santa. Quando o Aquífero subia, derivada às grandes chuvadas ela rebentava em vários pontos na zona mais baixa que é a Fonte Santa. Também me foi explicado que a nessa altura, essas várzeas todas que desapareceram ficando apenas um riacho que hoje ainda existe, mas está completamente tapado, deixou de haver o curso de água completo e enorme que vinha dessas chuvadas e a pouca água só vinha para os olheiros da Fonte Santa.



Devido às águas santas que chamavam, naquela altura e que muitos se banhavam ali e que diziam que saiam dali fez com que o pai do Dr. Santiago, em 1887 desse ao povo aquele hectare de terreno com a Fonte Santa, para que fossem feitas várias festas e a continuidade dos banhos. Como ele não podia dar ao povo, entregou à Câmara Municipal e a Câmara municipal nessa data fez uma ata a favor do povo e toma ela a posse sem escritura qualquer, aquela área do hectare de terreno.

Aquela parte ficou sempre a pertencer o povo e o povo desfrutou daquilo até os anos 70. NOS anos 70 aparece uma empresa que quer desfrutar daquelas águas para a captação e venda e colocam 2 tubos de 8 m e 16 m, mas o tubo da captação jorrava alguma água mas não tanta como eles pensavam e verificaram que não tinha qualquer sentido.

Mais tarde o Sr. Marufo fez usucapião do hectare de terreno em que tomou posse da totalidade do terreno. Eu pergunto, como é que um terreno que pertence a uma comunidade, embora não seja registado é pertença de um particular?

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra o Sr. Vereador Carlos Carmo.

**Sr. Vereador da Câmara - Carlos Carmo:** Respondendo a algumas questões colocadas, começo por dizer que a ideia da constituição da equipa de assistentes da natureza, será uma equipa que ficará alocada 100% à reserva natural local, que terá funções de fiscalização, monitorização contata com os proprietários, portanto serão aquelas pessoas que estarão permanentemente no terreno, que serão vigilantes atuantes e já agora também dizer que quando o trabalho de constituição da polícia municipal também estiver concluído também será também através dela que a polícia municipal é uma entidade que tem por competência fazer cumprir os regulamentos municipais, portanto também poderá ter atividade nessa matéria além da parceria com as autoridades que já existem. A Polícia Marítima e a GNR que têm sido também incansáveis neste trabalho que temos feito. Pensámos que a presença no território era muito importante e esta equipa que também terá também outras competências como fazer silvicultura preventiva e também



será instruída e formada para também ter intervenção na questão da mitigação das espécies invasoras.

No que concerne às descargas da Suinicultura, nós vamos verificar essa questão e obviamente que é uma situação que nos preocupa, caso aconteça aquilo que referiu. Relativamente à questão do campismo e dos grelhados isso hoje é uma preocupação para nós claro e tentamos fazer com os meios que temos, equipas municipais de intervenção florestal do município que também já fazem trabalhos de vigilância nas áreas Trafal e do Ludo. A própria Polícia Marítima, Bombeiros e a GNR nas suas várias valências, estão sempre muito atentos e muito preocupados com essa questão. Por isso é que a gestão da circulação automóvel e a constituição de bolsas de estacionamento é uma forma de mitigar e resolver grande parte desses problemas.

Para responder ao deputado Fábio Nobre queria dizer-lhe que a reação dos proprietários foi no meu entender e da minha própria equipa técnica, bastante positiva. Estiveram presentes, presencialmente ou representados cerca de 70% dos proprietários. Quero agradecer muito ao Sr. Isidoro Correia porque foi graças a ele que nós conseguimos chegar a grande parte dos proprietários, porque como sabem o cadastro existe mas não está finalizado e tivemos que recorrer àquilo que é o conhecimento de quem está no terreno e quem tem esta capacidade de fazer história e por isso quero lhe agradecer publicamente em meu nome e em nome da Câmara Municipal o trabalho que teve connosco, nomeadamente com a equipa técnica de calcorrear metros e metros naquela área. O Sr. Isidoro referiu algo muito importante é que esta reserva vai permitir aparecer uma nova economia aqui na freguesia, portanto uma nova tipologia de empresas que podem ter aqui um papel bastante ativo na promoção da riqueza daquele território, atividades lúdicas não motorizadas e é a forma de criar outro nicho de turismo.

Sobre a questão do impacto financeiro destas equipas é residual, porque estamos a falar de funcionários do município, em que vai ser aberto um concurso. A ideia é que esta equipa tenha um mínimo de 5 pessoas e será uma experiência que provavelmente vai se replicar se tudo correr bem nas outras paisagens protegidas. Agora com a sua autorização, Senhora Presidente pedia à Sra. Patricia Ramalho, para complementar as outras questões.



**Técnica da Câmara – Sra. Patrícia Ramalho:** Muito boa noite a todos vou tentar tirar algumas dúvidas, relativamente à questão dos níveis ecológicos da água. Nós não temos um plano já elaborado. É uma questão complicada porque como vocês sabem a falta de água é uma realidade e até podemos chegar ao final do processo de análise e de avaliação e verificar que isto não é possível. Não temos a certeza de que isto seja possível, temos essa pretensão a dizer também que o ideal seria conseguirmos manter este nível ecológico ou melhor estender o número de meses em que as zonas húmidas ficam com água. Não tem necessariamente de ter água o ano inteiro até porque temos espécies que estão especializadas para estar fora de água durante uns meses e, portanto, nem sequer é bom termos as zonas húmidas alagadas todo o ano.

Relativamente à Étar de Vale do Lobo que existe ali e como vocês sabem já existem descargas naquela zona. Há uma possibilidade de averiguarmos com as Águas do Algarve a questão de podermos de alguma forma potenciar aquela água e teremos sempre de garantir que os níveis da água não afetam as comunidades animais. Existe outra possibilidade que é criar pequenas zonas de retenção de águas pluviais e tentar canalizar nem que fosse ali para a zona do Trafal até porque é a zona que fica seca durante e uma maior durabilidade com essas condições.

Há outras coisas que podemos fazer, neste caso como foi falado a questão de condicionamento do estacionamento na zona sul da Trafal e se forem lá verificar e estamos a falar num espaço se calhar de 2 semanas, já fez imensa diferença porque em termos de compactação do solo já se vê enormes diferenças. Existem polinizadores em todo o lado e 3 dias depois de ter sido colocado as rocks Gardens não estavam lá antes e se forem lá agora, no meio já existem juncos.

A entrada de água do mar na Lagoa artificialmente não tem propriamente a ver com a intrusão salina. A intrusão salina é quando se retira a água doce dos aquíferos e depois não há capacidade de reposição dessa mesma água, isso cria um nível de sucção em que vai sugar no fundo a água do mar e que vai contaminar os aquíferos.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Vamos continuar para a Proposta 38 - Apreciação, discussão, votação da declaração do compromisso da Escola Dom Dinis.



**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Isto é uma candidatura da escola de Diniz a centro de formação desportiva Desportos náuticos, ou seja, integrar no desporto escolar as disciplinas que tem a ver com o mar. Isto é interessantíssimo até porque nós já temos esse tipo de atividades já na freguesia. Somos parceiros da Escola Dom Dinis, neste processo. Vão ter de uma ligação com o CIMAV, vão ter aulas, vão formar professores nas mais diversas áreas e dar a oportunidade aos alunos de não fazer só desportos náuticos como hobby, mas também no desporto escolar.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Aprovado por unanimidade. Proposta 39 - Apreciação, discussão e votação do novo procedimento plurianual destinada à aquisição de seguros.

**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Já tínhamos trazido anteriormente à Assembleia, mas o concurso ficou em branco. Vamos na mesma fazer para um ano, mas como apanha aqui dois anos económicos diferentes (plurianual) temos de trazer aqui à Assembleia. Fizemos uma consulta ao mercado e trouxemos os seguros divididos por lotes dando aqui há oportunidades a que as seguradoras se sentem mais confortáveis a concorrer a um dos lotes.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Aprovado por maioria. Proposta 40 – Apreciação, discussão e votação do Regulamento Orgânico dos Serviços da Junta de Freguesia de Quarteira.

**Membro do Executivo – Sra. Marta Teixeira:** O Regulamento Orgânico dos Serviços da Junta, em abril já trouxemos à Assembleia, mas houve a necessidade de fazer uma pequena retificação. Basicamente alterou a designação que nós demos às áreas, ou seja, com a transferência de competências houve a necessidade de fazer uma reestruturação interna dos serviços, agrupamos os serviços por áreas e agora fizemos a alteração da designação das áreas para unidades operacionais. Basicamente é o nome técnico que as áreas deverão ser denominadas. Esta denominação vai permitir que haja a possibilidade



de nomear dirigentes intermédios de 3º grau, para essas áreas na eventualidade de termos essa necessidade.

No Mapa de Pessoal não houve nenhuma alteração apenas reflete as alterações que foram efetuadas ao regulamento em que prevê a nomeação de cargos de dirigentes intermédios para essas 3 áreas.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Dou a palavra ao Sr. Ricardo Proença.

**Bancada do PSD – Sr. Ricardo Proença:** A alteração do mapa de pessoal é um documento que já tem vindo a ser proposto e realmente vamos sempre vendo que as necessidades são tão por preencher e questionamos sempre como é que vai ser preenchido. A minha questão é saber como é que estão as contratações, a nível de contratação pública para recursos humanos porque sabemos que algumas destas pessoas que já estão em funções a recibos verdes.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Têm a palavra Sr. Presidente da Junta.

**Presidente da Junta de Freguesia – Telmo Pinto:** Nós fazemos contratos de prestação de serviços, as pessoas não entram para o quadro diretamente com contratos feitos com a Junta de Freguesia. Fizemos um procedimento de consulta prévia, ou seja, convite a 3 empresas para a consultoria desta contratação de recursos humanos e saiu o resultado há 2 semanas. Temos tido um trabalho já de longa data, de preparação das características de cada uma das funções que nós queremos para a junta de freguesia e ainda bem que neste processo todo e agora que depois nesta prática que nós temos tido aqui do último ano, ainda bem que ainda não abrimos o concurso, porque neste momento as nossas necessidades são outras, as dinâmicas da sociedade são outras. O concurso será aberto até ao final do mês para os técnicos superiores e assistentes técnicos possa sair logo e logo no início de setembro queremos que saia o resto, em termos de operacionais.



**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Vamos votar em separado Proposta 40 – Apreciação, discussão e votação do Regulamento Orgânico dos serviços da Junta. Aprovado por maioria.

Proposta 41 – Apreciação, discussão e aprovação da alteração do mapa de pessoal de 2022. Aprovado por maioria.

**Presidente da Assembleia de Freguesia – Lígia Brito:** Visto que ninguém quer colocar alguma questão, dou por encerrada a sessão.

Foi encerrada a Sessão às 23h.

A Presidente da Assembleia de Freguesia

---

Lígia Brito

1ª Secretária

2º Secretário

---

Amélia Carmo

---

António Floriano